

CORREIO ECONÔMICO

Focus eleva pela 3ª vez seguida o IPCA de 2024

Mercado aumenta previsão do indicador, de 4,84% para 4,89%



Intervenção cambial do BC ratifica ineficácia recorrente

Nova intervenção cambial do BC não 'segura dólar'

Em meio à escalada do dólar, que permanece acima dos R\$ 6 praticamente desde que o governo anunciou o pacote fiscal, no final de novembro, o Banco Central fez nesta segunda-feira, 16, uma nova intervenção no mercado. Apesar da medida, a moeda americana fechou o dia a R\$ 6,0934, em alta de 1,03%, e renovou o recorde em mais de 30 anos do real.

Insuficiente

Mesmo assim, não foi suficiente para o mercado. Às 12h50, o dólar à vista tinha alta de 0,69%, cotado a R\$ 6,0729. A moeda ianque acumula nos últimos 30 dias uma alta de 5% e, no ano, de mais de 25%. Os juros futuros (para 2026 a 2029), também operavam em alta.

Demanda

Logo após a abertura do mercado, quando a cotação da moeda americana chegou a R\$ 6,0986 (alta de 1,12%), o BC anunciou um leilão de moeda à vista, no valor total de US\$ 1,6 bilhão – o lote foi todo vendido, a R\$ 6,04. Mais tarde, foi feito um novo leilão, de US\$ 3 bilhões, com compromisso de recompra (o chamado leilão de linha). Esse lote também foi todo vendido.



Déficit zero vai exigir maior esforço federal que o atual

Déficit zero em 2025 exigirá uma receita de R\$ 17,9 bi

O Congresso precisa aprovar R\$ 17,9 bilhões em medidas que elevem a receita do governo, equivalente a 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB), para que o governo atinja a meta de déficit zero no próximo ano. A estimativa foi divulgada nesta segunda-feira (16) pelo Tesouro Nacional, no seu Relatório de Projeções Fiscais para 2025.

Esses R\$ 17,9 bilhões extras podem ser obtidos, pela aprovação de medidas paradas no Congresso e o envio de novos projetos. Projeto de lei federal visa elevar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e de Juros sobre Capital Próprio (JCP), rendendo R\$ 21 bilhões aos cofres federais.

Superávit

Para este e o próximo ano, o arcabouço fiscal fixa meta de déficit primário zero, com margem de 0,25 ponto percentual do PIB de tolerância. Em valores de 2024, equivalente a um resultado que fique entre superávit de R\$ 28,75 bilhões ou déficit do mesmo montante.

Combinação

Tal esforço fiscal adicional seria atingido "com a combinação de medidas adicionais de receita, revisões de gastos, redução das vinculações entre despesas e receitas, execução da despesa abaixo do limite financeiro (empocamento) e medidas de contingenciamento".

Esforço fiscal

O relatório estimou o esforço fiscal necessário para 2026, 2027 e 2028, por meio de uma meta de superávit primário de 0,25% do PIB, 0,5% do PIB e 1% do PIB, respectivamente, e uma arrecadação equivalente a 0,7% do PIB, 0,8% do PIB e 1,0% do PIB, respectivamente.

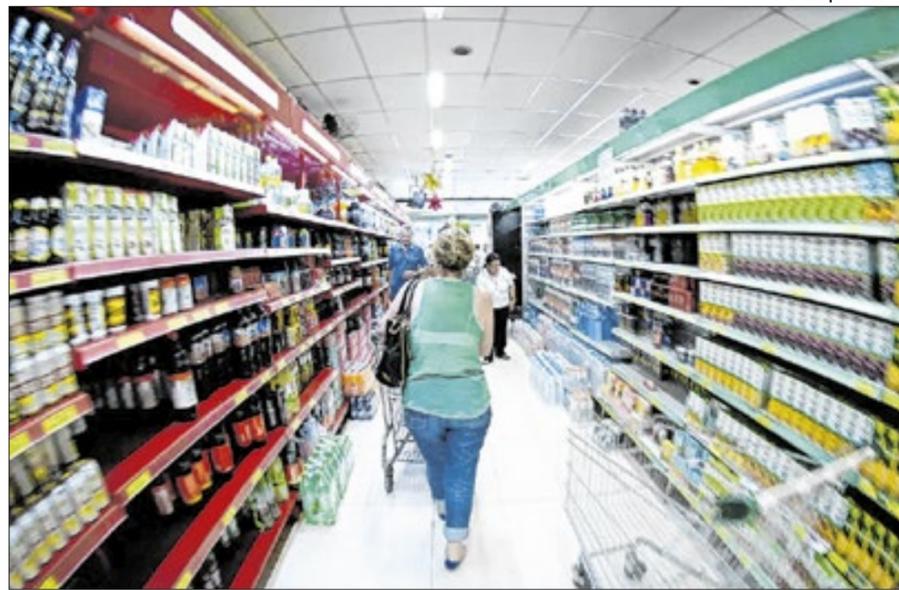
Despesa cresce

Segundo o relatório, a tendência é de que a despesa cresça no teto do arcabouço, de 2,5% ao ano acima da inflação, até 2034. No documento anterior, publicado em março, o Tesouro previa crescimento real (acima da inflação) médio de 2,2% nos próximos dez anos.

Cristalizando a 'aposta' do mercado financeiro no descontrole da inflação pelo Planalto, o boletim Focus (consulta semanal do Banco Central às 100 maiores instituições financeiras nacionais) elevou, pela terceira vez seguida, a projeção do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) – indicador oficial de inflação – para 2024, que subiu de 4,84% para 4,89%, o mesmo ocorrendo com relação ao próximo, de 4,59% para 4,60%.

Enquanto que para 2026, agora guiado pela autoridade monetária como o 'horizonte relevante', a previsão ficou estável em 4% – após seis semanas de alta – para 2027, a estimativa passou de 3,58% para 3,66%, segundo aumento consecutivo.

Igualmente 'módica' foi a elevação dos prognósticos para o PIB, que subiu de 3,39% para 3,42% para este ano; de 2% para 2,01% para o ano que vem, ao passo que manteve nos mesmos 2% anteriores a previsão



Pacote frustrado, dólar disparado, tudo reforça IPCA em alta, segundo Focus

para 2026, o mesmo valendo para 2027.

Em aparente descompasso com a perspectiva de a Selic chegar ao fim deste ano por volta de 14% ao ano, o Focus manteve a previsão da semana passada, de 12% para a taxa básica de juros; elevou de 13,5% ao ano para 14% ao ano, para

2025 e também aumentou para o ano seguinte, de 11% ao ano para 11,25% ao ano.

Já a previsão do resultado primário para 2024 se estabilizou em um déficit de 0,50% do PIB, caindo de -0,70% do PIB para -0,64%, para 2025.

A dívida pública para este ano baixou 63,04% do PIB para

63,00% do PIB e ficou estável em 67% do PIB para 2025.

Outro parâmetro relevante da saúde econômica nacional, o investimento estrangeiro direto no país para 2024 'encolheu' de US\$ 71,1 bilhões para US\$ 70,5 bilhões, como também para 2025, de US\$ 70,8 bilhões para US\$ 70 bilhões.

Dólar atinge pico histórico, a R\$ 6,0934

O dólar abriu a semana em alta firme no mercado local e renovou pico nominal histórico, apesar de novas intervenções do Banco Central, com leilão de linha e de venda de divisas à vista, que somaram US\$ 4,628 bilhões. Segundo operadores, o real sofre com as incertezas fiscais, diante do risco de desidratação das medidas de contenção de gastos durante a tramitação no Congresso, e as remessas de moeda ao exterior

por parte de fundos e empresas.

Nova rodada de deterioração das expectativas de inflação revelada pelo Boletim Focus de hoje, apesar de o Copom ter acenado com mais duas altas de 1 ponto porcentual da taxa Selic, e declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva críticas ao nível da taxa de juros contribuíram para aumentar o desconforto entre investidores.

Com máxima a R\$ 6,0986 na primeira meia hora de negó-

cios, o dólar rodou ao longo da tarde entre R\$ 6,07 e R\$ 6,08. Nos últimos minutos da sessão, a divisa voltou a acelerar, de olho no noticiário fiscal, e fechou em alta de 1,03%, cotada a R\$ 6,0934. Foi o 3º pregão consecutivo de valorização da moeda americana, que terminou um pregão abaixo da linha de R\$ 6,00 pela última vez na quarta-feira passada, 11, na expectativa pela decisão do Copom. O dólar já acumula valo-

rização de 1,54% em dezembro, após de ter encerrado novembro com ganhos de 3,81%.

Na sexta-feira (13), à noite, o BC anunciou leilão de linha no valor de US\$ 3 bilhões para esta segunda-feira (16). Mas pela manhã, após a moeda se aproximar de R\$ 6,10, a autoridade monetária promoveu leilão de venda à vista. A oferta amenizou parcialmente o movimento de alta do dólar, que se afastou das máximas.

Bolsa amarga a 3ª queda consecutiva

O Ibovespa se firmou em baixa e emendou a terceira perda diária nesta abertura de semana, cedendo a linha dos 124 mil na reta final. Na maior parte do dia, o índice da B3 operava colado à estabilidade, mostrando variação de apenas 675 pontos entre a mínima e a máxima, quando veio a piora em direção ao fechamento. Ao fim, marcava 123.560,06 pontos, em queda de 0,84%, no menor nível desde 26 de junho, então abaixo dos 123 mil. Na mínima de hoje, tocou os 123.495,17 pontos (-0,90%), saindo de máxima a 124.955,95 e de abertura a 124.609,81. O giro ficou em R\$ 22,8 bilhões. No mês, o Ibovespa cai 1,68% e, no ano, cede 7,92%.

A segunda-feira foi de continuidade na pressão sobre o câmbio e, também, de avanço da curva de juros doméstica. Na máxima de hoje, o dólar à vista foi negociado perto de R\$ 6,10,



Perda de confiança em gestão fiscal está na raiz da queda

mesmo com a oferta da moeda americana em leilões realizados pelo Banco Central. Ao fim, o dólar à vista marcava alta de 1,03%, a R\$ 6,0934.

A principal ação do Ibovespa, Vale ON, era a fiadora da estabilidade do índice na sessão, negativa para os grandes

bancos, com perdas até 1,90%, e também para Petrobras (ON -0,97%, PN -0,42%). Vale ON perdeu força em direção ao fim da tarde e mostrava leve baixa de 0,05% no fim, alinhando-se os demais pesos-pesados do índice.

Na ponta ganhadora do Ibovespa, destaque absoluto

Fiscal e leilão cambial alavancam futuros

Os juros futuros fecharam o dia em alta expressiva, com novo salto das taxas a níveis inéditos nos contratos de longo prazo. A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2026 encerrou em 15,06%, de 14,89% no ajuste de sexta-feira, e a do DI para janeiro de 2027 subiu de 15,05% para 15,52%. O DI para janeiro de 2029, a 15,27%, terminou na máxima histórica, de 14,61% no ajuste anterior.

O mercado vem há semanas numa espiral negativa, na qual a indefinição sobre o pacote de corte de gastos alimenta a alta das taxas e do dólar.

O BC voltou hoje a vender dólares à vista (US\$ 1,628 bilhão), além da operação de venda com compromisso de recompra (linha), conseguindo limitar o avanço da moeda. A venda de dólares no mercado spot na semana passada já havia contaminado o DI, "ao deslocar

o prêmio de risco do mercado de câmbio para esse mercado", segundo o estrategista-chefe da Warren, Sérgio Goldenstein.

O sócio-fundador da Oriz Partners, Carlos Kawall, lembra que o DI é um mercado mais vulnerável neste sentido. "Na bolsa, as próprias empresas podem anunciar compra de ações e no dólar, o BC tem um poder, via swap, linha, o spot etc. O Tesouro pode até entrar para defender a desvalorização

dos títulos, mas tem atuação limitada", diz.

O trader de renda fixa da Connex Capital Gean Lima viu a dinâmica das taxas hoje ligada aos seguintes fatores: a piora da projeção do Tesouro para a Dívida Pública do Governo Geral (DBGG) e do déficit primário do governo central; leilão do BC; e a cautela com a agenda da semana que tem amanhã a ata do Copom e na quarta-feira a reunião do Federal Reserve.